

Madeira contesta centralização dos fundos europeus

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnoticias.pt

A Madeira voltou a manifestar oposição ao novo modelo de gestão dos fundos europeus proposto pela Comissão Europeia para o período 2028-2034, alertando para o risco de concentração de decisões nos Estados-membros e consequente redução do papel das regiões.

A posição consta do relatório sobre a participação da Região na União Europeia em 2025, aprovado em Conselho de Governo, documento que detalha a execução dos fundos comunitários e o trabalho desenvolvido pela Região no plano europeu. O Executivo regional defende a manutenção de uma participação directa na definição e gestão dos apoios.

Segundo o secretário regional das Finanças, Duarte Freitas, ao longo do último ano a Direcção Regional dos Assuntos Europeus marcou presença em diversas reuniões bilaterais com a Comissão Europeia, onde foram apresentadas as principais reivindicações da Madeira, nomeadamente no âmbito do futuro programa Madeira 2030.

“O que fizemos foi garantir que a voz da Madeira fosse ouvida em todas as decisões que nos dizem respeito”, afirmou o governante, sublinhando que a prioridade passa por assegurar um tratamento “justo e equitativo” da Região no próximo ciclo financeiro.

O relatório destaca ainda a conclusão do programa Madeira 14-20, considerado um dos maiores ciclos de investimento da Região. Com uma dotação de 487 milhões de euros de fundos europeus, o programa apoiou mais de oito mil candidaturas e gerou investimentos superiores a 1.500 milhões de euros, com impacto relevante na inovação, competitividade empresarial e coesão social.

“Concluímos o ciclo com resultados altamente positivos, que impulsionaram a economia e reforçaram a coesão social”, sublinhou Duarte Freitas, classificando a execução dos fundos como um motor de transformação estrutural.

Em paralelo, a Região deu continuidade à execução do quadro 2021-2027, com investimentos em áreas estratégicas. Entre os instrumentos mais relevantes, o POSEI Agricultura manteve-se como pilar essencial de apoio às



Relatório sobre a participação da RAM na União Europeia foi aprovado em Conselho de Governo. SF

GR ALERTA PARA PERDA DE INFLUÊNCIA DAS REGIÕES NO PRÓXIMO QUADRO FINANCEIRO

produções locais e ao abastecimento, assegurando a sustentabilidade do sector.

O ano de 2025 ficou ainda marcado pela prorrogação do Regime IV da Zona Franca da Madeira até 2033, formalizada no Orçamento do Estado para 2026. O Governo Regional considera esta decisão uma vitória estratégica, ao garantir estabilidade aos investidores e reforçar o papel do Centro Internacional de Negócios como motor de desenvolvimento económico.

Paralelamente, a Madeira participou activamente na revisão da estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas, defendendo políticas mais ajustadas às especificidades destes territórios. A nova estratégia deverá ser apresentada em 2026 e é vista como determinante para assegurar o apoio necessário face aos desafios estruturais da Região.

O relatório segue agora para apreciação na Assembleia Legislativa da Madeira.